

Luísa Dias Barreto, que detêm a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, como Diretora do Centro de Emprego de Valongo da Delegação Regional do Norte, cargo de direção intermédia de 1.º grau, com efeitos a 22 de fevereiro de 2016.

Nota Curricular

Dados pessoais:

Nome: Maria Luísa Dias Barreto
Data de nascimento: 21 de fevereiro de 1961
Naturalidade: Santa Cruz do Douro — Baião

Habilitações Académicas:

Pós-graduação de Especialização em Gestão de Empresas Sociais no ISSSP — Instituto Superior de Serviço Social do Porto (2004/2005).
Licenciatura em Gestão de PME pela Universidade Fernando Pessoa, Porto, com defesa da Monografia “Perspetivas Sobre o Mercado de Emprego em Portugal na Última Década” (1994 a 1999).
Frequência do Curso de Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1981 a 1983)

Carreira e Experiência profissional:

Com vínculo efetivo ao IEFP, I. P. desde agosto de 1988.
Técnica Superior de Emprego no Centro de Emprego de Valongo desde outubro de 2012.
Diretora do Centro de Emprego de Amarante de setembro de 2005 a outubro de 2012.
Técnica Superior de Emprego na Divisão do Emprego da Direção de Serviços do Emprego e Formação Profissional da Delegação Regional do Norte de abril de 2004 a setembro de 2005.
Técnica Superior de Emprego na Divisão de Avaliação e Certificação da Delegação Regional do Norte de março de 2003 a abril de 2004.
Cargo de Chefe de Serviços do Centro de Emprego do Porto de junho de 1999 a março de 2003.
Técnica de Emprego no Centro de Emprego da Maia de julho de 1991 a junho de 1999.
Secretária Rececionista na Delegação Regional do Norte do IEFP, I. P. de agosto de 1988 a dezembro de 1990.

Participações mais relevantes no âmbito das atribuições do IEFP, I. P.

Interlocutora nas parcerias para a integração profissional de minorias étnicas e dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido — no Porto (Horizontes 2000) com Segurança Social, para a luta contra a pobreza no “Focus Group” dos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses com a REAPN — Rede Europeia Anti pobreza.

Membro dos Conselhos Locais de Ação Social e dos Conselhos Municipais de Educação de Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Resende e da Comissão Alargada da Proteção de Crianças e Jovens da Maia.

Membro do Comité de Pilotagem da Agenda da Empregabilidade da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Formadora interna do IEFP, I. P. em Programas e Medidas de Emprego, presidente de júris de exames no âmbito do Sistema de Aprendizagem, elemento participante na preparação de contributos com vista à elaboração de normativos internos do IEFP, I. P., membro de grupos de trabalho sobre temáticas de empregabilidade, abandono escolar, desemprego, adequação da oferta formativa às necessidades das empresas e impacto das medidas de apoio ao emprego nos tecidos económicos e sociais em vários concelhos do distrito do Porto.

2016-04-08. — O Diretor de Serviços de Pessoal, João Pedro Raminhos Gomes Henriques.

209497076

SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Despacho (extrato) n.º 5209/2016

Por Despacho, do Diretor Executivo, do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões de 1 de fevereiro de 2016, no uso de competência

delegada — ponto 1.13 da Deliberação do Conselho Diretivo da ARS Centro, IP, n.º 1661/2014, de 29 de agosto, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada a acumulação de funções privadas, na Empresa Ciclocede LDA, nas Urgências do Centro Hospitalar Tondela/ Viseu, em Viseu, na empresa Norma Geral Camp- Prestação de serviços de Medicina do Trabalho, ao Médico Interno, em Medicina Geral e Familiar, Daniel António Ribeiro Leite Tavares, a exercer funções na UCSP de Vouzela, do Aces Dão Lafões, do mapa de pessoal, daquele Agrupamento de Centros de Saúde.

1 de fevereiro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., Dr. José Manuel Azenha Tereso.

209497813

Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

Aviso n.º 5025/2016

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 9479/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 20 de agosto de 2014, para preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira de Técnico Superior, para a área de planeamento e controlo de gestão, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), I. P., foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com João Paulo Cleto Reis, candidato aprovado naquele procedimento, que fica posicionado na 2.ª posição remuneratória, no nível 15.º da tabela remuneratória única, com a remuneração de € 1.201, 48, com efeitos a partir de 11 de abril de 2016.

Para cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, o período experimental inicia-se com o exercício de funções e terá a duração de 180 dias, conforme disposições conjugadas do artigo 9.º da citada lei e do n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro.

8 de abril de 2016. — O Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Sérgio Silva.

209498607

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Aviso n.º 5026/2016

Procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para o preenchimento de dois postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA), na categoria e carreira de assistente operacional.

1 — Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA), Dr. Fernando de Almeida, de 7 de março de 2016, no âmbito das suas competências, se encontra aberto pelo período de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho na categoria e carreira de assistente operacional, do mapa de pessoal do INSA na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

2 — Foi dado cumprimento ao previsto no artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, por aplicação do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, tendo a entidade gestora do sistema de requalificação (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA), expressamente declarado a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa.

3 — Local de Trabalho: Avenida Padre Cruz, 1649-016 Lisboa.

4 — Caracterização do posto de trabalho — Exercício de funções de apoio laboratorial ou apoio financeiro, nomeadamente o apoio à gestão previsional de bens consumíveis necessários às atividades do Instituto em articulação com os respetivos serviços; apoio à gestão dos stocks dos bens necessários à atividade do Instituto; proceder à armazenagem dos bens e à sua distribuição pelos serviços.

5 — Posicionamento remuneratório: De acordo com o artigo 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprova o Orçamento do Estado para 2016.

6 — Requisitos de admissão relativos ao trabalhador:

a) Ser detentor de vínculo jurídico de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido ou encontrar-se em situação de requalificação e possuir os requisitos enunciados no artigo 17.º da LTFP.

b) Nível habilitacional/área de formação: ser detentor do 9.º ano ou equivalente, ou encontrar-se já provido na carreira de assistente operacional, a que corresponde o grau de complexidade funcional 1, de acordo com o previsto no artigo 86.º da LTFP.

7 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em situação de requalificação, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do serviço, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

8 — Formalização de candidaturas:

Apresentada através do preenchimento obrigatório do formulário de candidatura, disponível na página eletrónica do INSA, em www.insa.pt na funcionalidade “Quem somos — instrumentos de gestão — admissão de pessoal”.

O candidato deve identificar, inequivocamente, no formulário de candidatura o posto de trabalho pretendido com indicação da carreira, categoria e atividades caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar.

8.1 — Só é admissível a apresentação de candidatura em suporte de papel.

8.2 — A entrega da candidatura poderá ser efetuada:

Pessoalmente no serviço de expediente, na morada indicada no ponto 3, com indicação exterior de Procedimento concursal — Aviso n.º ..., de...”, no período compreendido entre as 09H30M e as 16H30M; ou,

Através de correio registado e com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado, para a morada indicada no ponto 3, situação em que se atenderá à data do respetivo registo, endereçado à Direção de Gestão de Recursos Humanos, com indicação exterior de “Procedimento concursal — Aviso n.º ..., de...”,

8.3 — A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

a) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias;

b) Fotocópias dos comprovativos das ações de formação frequentadas e relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho, quando existam;

c) Declaração emitida pelo Serviço a que o candidato pertence ou se encontra afeto, devidamente atualizada, da qual conste a modalidade de vínculo jurídico de emprego público que detém, o tempo de execução das atividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro (Portaria), vencimento auferido à data da candidatura (posição remuneratória, nível remuneratório, remuneração base), bem como a avaliação de desempenho relativa ao último período, não superior a 4 anos, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da citada Portaria, quando exista;

d) Declaração do candidato a dar consentimento ao INSA, para que as notificações no âmbito do presente procedimento possam ser efetuadas por correio eletrónico, conforme disposto no artigo 63.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

e) Currículo vitae.

9 — Métodos de seleção:

No presente recrutamento serão aplicados os métodos de seleção obrigatórios, referidos no artigo 36.º da LTFP e um método facultativo:

Prova de Conhecimentos (PC) ou Avaliação Curricular (AC), e como método complementar a Entrevista Profissional de Seleção (EPS);

Apenas aos candidatos que reunirem as condições referidas no n.º 2 do artigo 36.º do mesmo diploma legal, ser-lhes-á aplicado,

caso não tenham exercido a opção pelo afastamento dos métodos legalmente previstos, a Avaliação Curricular (AC), e como método facultativo ou complementar a Entrevista Profissional de Seleção (EPS).

9.1 — A valoração dos métodos anteriormente referidos será avaliada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação das seguintes fórmulas finais:

$$CF = 0,70 PC + 0,30 EPS$$

$$CF = 0,70 AC + 0,30 EPS$$

em que:

CF = Classificação Final

PC = Prova de conhecimentos

AC = Avaliação curricular

EPS = Entrevista profissional de seleção.

9.2 — A prova de conhecimentos será escrita, sem consulta, com a duração máxima de 60 minutos, e incidirá sobre os seguintes temas:

a) Regulamento de Organização e Funcionamento do INSA;

b) Conhecimentos de cultura geral ao nível da habilitação exigida;

c) Conhecimentos da Língua Portuguesa e de Matemática;

d) Classificação em grupos os resíduos hospitalares.

9.3 — Legislação (vigente à data de publicação do presente Aviso):

a) Portaria n.º 162/2012 de 22 de maio, acessível no *site*:

<http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/quemSomos/Paginas/Legisla%C3%A7%C3%A3o.aspx>

b) Regulamento n.º 329/2013, de 28 de agosto, acessível no *site*:

<http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/quemSomos/Paginas/Legisla%C3%A7%C3%A3o.aspx>

c) Livros de estudo utilizados no ensino, sobre as matérias de Português e Matemática;

d) Decreto-Lei n.º 310/95, de 20 de novembro (Estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos);

e) Despacho n.º 242/96, de 13 de agosto (Classifica em grupos os resíduos hospitalares e aprova a sua remoção e eliminação).

10 — A publicitação dos resultados obtidos entre a aplicação dos métodos de seleção é efetuada através de lista intercalar, ordenada alfabeticamente, afixada no placard da Direção de Gestão de Recursos Humanos, no edifício Sede, e disponibilizada na página e do Instituto.

11 — Os candidatos aprovados em cada método de seleção são convocados para a realização do método seguinte por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da referida Portaria.

12 — De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º da Portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no seu n.º 3 para a realização da audiência dos interessados.

13 — As atas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração dos métodos serão facultados aos candidatos sempre que solicitados.

14 — Serão excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores, num dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método de avaliação seguinte.

15 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria.

16 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., é afixada em local visível e público das instalações do edifício Sede e disponibilizada na página eletrónica do INSA, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria, sendo publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

17 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria, o presente Aviso é publicitado na Bolsa de Emprego, em www.bep.gov.pt, na página eletrónica do INSA, e em jornal de expansão nacional, por extrato, no prazo de três dias úteis após a publicação do presente Aviso.

18 — Em tudo o não expressamente previsto no presente Aviso, aplica-se o normativo constante na LTFP e na Portaria.

19 — Júri do concurso:

Presidente: Ana Gabriela do Nascimento Lorvão, técnica superior;

Vogais efetivos:

Sandra Marisa Lourenço Gomes Pimenta, técnica superior (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
Paula Pires Cardoso, coordenadora técnica;

Vogais suplentes:

Maria Manuela Miranda Gonçalves Ramalheite, assistente técnica;
Cristina Elisa Barradas de Matos Salgueiro, assistente técnica.

4 de abril de 2016. — A Diretora de Gestão de Recursos Humanos,
Paula Caires da Luz.

209497521

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.

Aviso n.º 5027/2016

Projeto de lista de classificação final

Concurso interno de ingresso para preenchimento de 12 postos de trabalho na categoria de inspetor, da carreira de inspetor superior, na modalidade de nomeação, do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. para a Unidade de Controlo e Auditoria — Aviso n.º 7914/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 17 de julho.

1 — Nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, notificam-se os candidatos ao concurso interno de ingresso para preenchimento de 12 postos de trabalho na categoria de inspetor, da carreira de inspetor superior, na modalidade de nomeação, do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. para a Unidade de Controlo e Auditoria, aberto pelo Aviso n.º 7914/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 17 de julho para, querendo, se pronunciarem por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente Aviso, relativamente ao projeto de lista de classificação final.

2 — Para o exercício do direito de participação dos interessados deve ser utilizado, obrigatoriamente, o formulário aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio, disponível na página eletrónica da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. sob pena de as alegações não serem consideradas. O exercício do direito de audiência dos interessados deverá ser, preferencialmente, enviado para o endereço de correio eletrónico: recrutamento_UCA@adcoesao.pt sem prejuízo da possibilidade de envio por correio, em envelope fechado dirigido ao júri do presente concurso, para a sede desta Agência.

3 — O projeto de lista de classificação final dos candidatos, bem como a ata que define os respetivos critérios, são disponibilizados na página eletrónica (<http://www.adcoesao.pt/>) e afixados na sede da Agência.

4 — Mais se notificam os candidatos de que, querendo, o processo se encontra disponível para consulta, na sede da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., sita na Av. 5 de Outubro n.º 153, em Lisboa, no Núcleo de Gestão de Recursos Humanos, das 10h00 às 12h30, dos dias úteis. A referida consulta ao processo deverá ser precedida de marcação a efetuar através do endereço de correio eletrónico: recrutamento_UCA@adcoesao.pt

8 de abril de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, António Dieb.

209498842

ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 5210/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de técnica especialista no meu gabinete, no âmbito das respetivas habilitações e qualificações profissionais, a licenciada Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro, técnica superior especialista em orçamento e finanças públicas do Ministério das Finanças, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

2 — Tendo a designada, até ao momento, exercido funções de diretora de serviços na Direção de Serviços Jurídicos e Coordenação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em regime de comissão de serviço, as mesmas ficam agora suspensas, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e no artigo 26.º-A da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

3 — A designada fica autorizada a exercer as atividades referidas na alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos.

5 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 01 de abril de 2016.

6 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de abril de 2016. — O Ministro da Economia, Manuel de Herédia Caldeira Cabral.

ANEXO

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro.
Data de nascimento: 13 de abril de 1966.
Nacionalidade: Portuguesa.

2 — Habilitações académicas:

2015: Mestrado em ciências jurídico-empresariais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (concluída a parte curricular, encontrando-se atualmente na fase de preparação da dissertação);

2012-2013: Pós-Graduação em Direito das Sociedades Comerciais, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa;

1984-1989: Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, variante ciências-jurídicas.

3 — Experiência profissional:

Desde dezembro de 2005: Diretora do Gabinete de Apoio e Coordenação, na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), atualmente Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação;

Entre agosto de 1997 e novembro de 2005: Técnica superior (jurista), no Gabinete de Apoio Jurídico da Direção-Geral do Tesouro;

Entre 1991 e julho de 1997: Advogada e consultora jurídica de várias sociedades.

4 — Outras atividades:

Desde 2015: Vogal do Conselho Fiscal, na Navegação Aérea de Portugal — NAV Portugal, E. P. E.; Vogal do Conselho Fiscal, na CP — Comboios de Portugal, E. P. E.; Presidente da Mesa da Assembleia Geral, na APSS — Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A.; Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, na Portugal Capital Ventures — Sociedade de Capital de Risco, S. A.; Secretária da Mesa da Assembleia Geral, na Parque Expo, S. A.; e Secretária da Mesa da Assembleia Geral, na IFD — Instituição Financeira de Desenvolvimento, S. A.;

Em 2013: Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) Portugal-Moçambique, no âmbito do projeto “Gestão Delegada das Participações do Estado — IGEPE e Governação Corporativa nas Empresas do Estado”;

Desde 2010: Presidente da Comissão de Credores do Banco Privado Português, S. A. (em liquidação), em representação do Estado, no âmbito da Liquidação Judicial;

Entre 2009 e 2010, e em 2014: Representante do Ministro de Estado e das Finanças no “Euro Legal Tender Working Group”, promovido pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu;

Entre 2008 e 2014: Vogal do Conselho Fiscal, na CTT — Correios de Portugal, S. A.;

Em 2008: Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) Portugal-Cabo Verde, no âmbito do projeto “Bonificações do Estado”;

Entre 2006 e 2011: Vogal não executiva do Conselho de Administração, na Lusa — Agência de Notícias de Portugal, S. A.;

Membro das Comissões de Vencimentos de diversas empresas públicas, designadamente da ANAM — Aeroportos da Madeira, S. A., da APS — Administração do Porto de Sines, S. A., da EGREP, E. P. E., e da AdP — Águas de Portugal, SGPS, S. A.;